## COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

(Do Sr. Pedro Uczai)

Requer a realização de Audiência Pública na CAPADR, para debater o PDL 115/2025.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2°, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PDL 115/2025, que "susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal o inciso III do art. 4° da Portaria Interministerial MPA/MMA n° 26, de 28 de fevereiro de 2025, que estabelece o limite de captura, as cotas de captura por modalidade e área de pesca, e as medidas de registro, monitoramento e controle associadas, da espécie tainha ("Mugil liza"), para o ano de 2025, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil."

Para tanto, sugiro sejam incluídos os seguintes convidados:

 Cristiano Quaresma de Paula – Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA);



Câmara dos Deputados - Anexo IV - Gabinete 229 - CEP: 70160-900 - Brasília - DF

Fone: (61) 3215-5229 Fax: (61) 3215-2229

- 2. Gilberto Salles Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Pesqueiros do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);
- 3. Luis Gustavo Cardoso Professor e Pesquisador do Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande (FURG);
- 4. Jocemar Tomasino Mendonça Professor e Pesquisador do Instituto de Pesca de São Paulo;
- 5. Rodrigo Sant'Ana Professor e Pesquisador Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

## **JUSTIFICATIVA**

Em 2004, a Tainha (Mugil liza) foi classificada como "em sobreexplotação/ameaçada de sobreexplotação" e em 2018 foi classificada como "Quase ameaçada" de extinção, conforme o Livro Vermelho de Espécies Ameaçadas. Existe os acórdãos e demais decisões judiciais (TCU, MPF) determinaram que a tainha tivesse regras de ordenamento mais efetivas. Ex: Ação 5001.964- 45.2011.404.7101.

Em 2015, foi implementado o Plano de Gestão da Tainha e revisado em 2018. Nesta revisão, foi acionado o cenário de gestão por cotas de captura. Referido Plano é monitorado pelo MPF e, se os agentes públicos não tomarem ações no momento adequado, podem responder judicialmente.

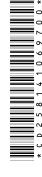
A modalidade de arrasto de praia, em primeiro momento, não estava contemplada em nenhuma normativa federal. O próprio setor pesqueiro catarinense solicitou a regulamentação da modalidade, com vistas às dificuldades que eram enfrentadas na época.

Em 2022, por meio da Portaria SAP/MAPA nº 617, a modalidade passou a integrar os anexos da IN nº 10/2011. De acordo com a portaria, a modalidade de arrasto de praia tem como área de operação o Mar Territorial de Santa Catarina.

Câmara dos Deputados - Anexo IV - Gabinete 229 - CEP: 70160-900 - Brasília - DF

Fone: (61) 3215-5229 Fax: (61) 3215-2229







Os demais estados juntos (RJ, SP, PR e RS) não chegam à 10% da produção de arrasto de praia de SC, segundo dados do Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira (PMAP).

Decisão recente do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima (MMA) junto ao Grupo de Trabalho da Tainha, que reúne representantes do setor pesqueiro artesanal e industrial, repassou 100 toneladas para o arrasto de praia, passando de 1.100 para 1.200 toneladas, ficando com 112 toneladas acima da média histórica de 1.088t.

Caso a cota do arrasto seja atingida, pescadores poderão continuar a atividade em outra modalidade (emalhe costeiro), mediante uso de autorização complementar.

O sistema de cotas acaba por beneficiar todos os estados do sudeste e sul do Brasil, uma vez que a tainha é uma espécie migratória que se movimenta desde o Rio Grande do Sul até o Rio de Janeiro.

Diante disso, a convocação da audiência pública mostra-se não apenas oportuna, mas também necessária, a fim de assegurar a transparência e o interesse público, promovendo um debate técnico e institucional à altura dos desafios impostos à gestão sustentável da atividade pesqueira desta espécie.

Desde já, agradeço a colaboração de todos.

Sala da Comissão, em de de 2025.

## Deputado Pedro Uczai (PT/SC)



Câmara dos Deputados - Anexo IV - Gabinete 229 - CEP: 70160-900 - Brasília - DF

Fone: (61) 3215-5229 Fax: (61) 3215-2229